

# Imperialismo e lutas sociais na América Latina<sup>1</sup>

Eliel Ribeiro Machado<sup>2</sup>

Enquanto alguns intelectuais vicejavam o fim da luta armada de esquerda, eclodia no primeiro dia do ano de 1994 a revolta dos índios e camponeses pobres de Chiapas, México, arranhando a “nova ordem” mundial pós-muro de Berlim. Nem bem o neoliberalismo demonstrava a sua força política hegemônica, a resistência vinha de um dos lugares mais pobres, ao mesmo tempo em que os neoliberais comemoravam o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que credenciava o México a ingressar no Primeiro Mundo. Os zapatistas reivindicavam, principalmente, “pão, saúde, educação, autonomia e paz”<sup>3</sup>.

1 Esta comunicação é fruto de um artigo publicado em duas revistas: *Herramienta, revista de debate y crítica marxista*, 16, cujo título é “Los desórdenes de los años 90 en América Latina: resistencias a la transnacionalización del capital” e *Lutas Sociais*, 9-10: “Imperialismo, soberania e democracia na América Latina nos anos 90”.

2 Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina, coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos Políticos da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais). Endereço eletrônico: elielmachado@uol.com.br.

3 Héctor Luis Saint-Pierre, *A política Armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, Editora Unesp, 2000, p. 205. Os zapatistas inauguram uma nova forma de luta política diferenciando-se dos movimentos guerrilheiros dos anos 60 e 70. Ao mesmo tempo, “como não o conseguiram fazer os intelectuais nas suas prolongadas tertúlias acadêmicas, os zapatistas mostraram o limite da contradição do programa neoliberal (...). Com coragem ousaram gritar, para quem quisesse ouvir, que o rei estava nu e o capitalismo, em mais uma crise” (idem, ibidem, p. 207).

Em outra parte do continente latino-americano, alguns meses antes da revolta zapatista, eclode uma série de manifestações populares na Argentina, conhecidas como “puebladas”, sendo a mais importante delas o “santiagazo”,<sup>4</sup> quando os manifestantes tomaram de assalto e incendiaram a sede do governo provincial, o legislativo e os tribunais. Os protestos populares não pararam por aí, espalhando-se pelas mais diversas províncias do país. A principal reivindicação das “puebladas” era por trabalho, dado que o desemprego no país atingia, em algumas províncias, quase 27% da população economicamente ativa.<sup>5</sup>

“Ocupar, resistir e produzir”, são as palavras de ordem de um outro movimento popular, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), resistente à transnacionalização do capital e, por isso mesmo, duramente reprimido e criminalizado pelo governo Cardoso, em tempos de “democracia” no Brasil. Apesar das derrotas políticas sofridas na sua trajetória de luta por reforma agrária, apesar do massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996, que deixou um saldo de dezenove sem-terra mortos e outros dezoito mutilados, apesar das mortes e prisões truculentas em Querência do Norte, Paraná, e tantas outras pelo Brasil afora, o MST encabeçou a maior manifestação popular de que se tem notícia na história dos movimentos sociais: a “Marcha dos 100 mil”. Esta manifestação, resultado da organização popular e sem apoio dos meios de comunicação, conseguiu reunir em Brasília cerca de cem mil caminhantes saídos dos mais diversos rincões do país. As manifestações foram contrárias às políticas neoliberais, ao FMI (Fundo Monetário Internacional), ao pagamento da dívida externa e ainda reivindicavam reforma agrária e o “impeachment” do presidente Cardoso.

As resistências à ordem neoliberal existem praticamente em todo o território latino-americano. Uns mais organizados, outros menos. Alguns desenvolvendo lutas mais urbanas, outros mais rurais, embora os mais combativos, no conjunto, solapam a

4 Refere-se a Santiago Del Estero, província argentina.

5 Tomamos por base vários artigos que apontam nesse sentido: Ruben Laufer & Claudio Spiguel, “Las ‘puebladas’ argentinas a partir del ‘santiagueño’ de 1993. Tradición histórica y nuevas formas de lucha”, In: Margarita López Maya, *Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1999; Aída Quintar & Alcira Argumedo, “Argentina: os dilemas da democracia restringida”, In: *Lua Nova, revista de cultura e política*, 49. São Paulo: CEDEC, 2000; Adrián Scribano, “Argentina ‘cortada’: cortes de ruta y visibilidad social en el contexto del ajuste”. In: Margarita López Maya, op. cit.; além de vários artigos publicados em *El Clarín* e *La Nación* entre Janeiro de 1998 e Setembro de 2000.

“ditadura neoliberal do pensamento único” e apontam a possibilidade de construção de sociedades anticapitalistas.

A presença do imperialismo norte-americano na América Latina se dá de diversas formas e, muitas vezes, recorre até à intervenção político-militar, direta ou indiretamente. Alguns intelectuais sugerem que dada as várias formas de dominação existentes hoje se observa a existência de um *governo mundial de fato*<sup>6</sup>:

O FMI e o Banco Mundial no setor de finanças, a Organização das Nações Unidas (ONU) no campo político, a Organização Mundial do Comércio (OMC) no que toca às relações comerciais e o Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7) no que se refere ao complexo industrial-militar começam a atuar com mais afinidade no pós-guerra fria, criando um Estado imperial em âmbito mundial, quer na defesa dos interesses multinacionais, quer na influência dos bancos e empresas de investimento<sup>7</sup>.

E, como bem lembra Petras,

Todas y cada una de las políticas que surgen de las IFI (Instituciones Financieras Internacionales: Banco Mundial y FMI) son previamente discutidas y aprobadas por el Departamento Del Tesoro de EE.UU., de común acuerdo con las necesidades y intereses financieros y empresariales privados. La influencia combinada de Wall Street y Washington ha sido un instrumento para dismantelar las instituciones de asistencia social y las empresas públicas de Latinoamérica, la legislación progresista sobre el trabajo y los subsidios estatales para la alimentación básica de los pobres<sup>8</sup>.

6 Não vamos entrar no mérito teórico e político desse tipo de análise. Apenas interessa-nos demonstrar os vários tentáculos da dominação a que estamos submetidos. Vale lembrar também do poder político e econômico das empresas transnacionais, capazes de subjugar muitos Estados nacionais. Sobre o G-7, veja também a análise feita por Marta Harnecker, *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p. 182, em que ela o considera como um Estado muito ativo na defesa de seus interesses e do capital financeiro e industrial.

7 Waldir José Rampinelli “Uma política externa subserviente a um governo mundial de fato”, In: Nildo Domingos Ouriques & Waldir José Rampinelli (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1998.

8 Rebelión. *La página de Petras*. Sitio disponível pela Internet: <http://www.eurosur.org/rebelion/petras/>. Entre os vários artigos, destacamos “Las relaciones USA-Latinoamérica: quién obtiene qué, donde y como”, 13/04/2000.

Disto, podemos deduzir, sumariamente, que o capitalismo latino-americano é dependente e o imperialismo norte-americano nos impõe condições draconianas de sobrevivência<sup>9</sup>.

As reivindicações populares por *pão, saúde, educação, terra, emprego* etc., confrontam-se com as políticas de Estado voltadas a atender os interesses do capital financeiro e industrial transnacionalizados e das instituições financeiras internacionais. Ora, com Estados locais submissos aos ditames do imperialismo e de seus agentes (FMI, por exemplo), deparamo-nos com a falta de soberania (interna e externa): os governos eleitos ao não atenderem as demandas populares – expressão máxima da soberania – submetem-se aos designios do capital transnacionalizado. Ao ferirem a soberania, deslegitimam as democracias existentes.

Estamos, portanto, diante de um problema grave: a maioria dos latino-americanos não tem poder de decisão e não se impõem às políticas imperialistas. O pouco poder que lhes resta, restringe-se apenas à escolha dos governantes que serão coadjuvantes às políticas impostas pelas transnacionais, pelo G-7, FMI e Banco Mundial. Segundo Harnecker há “*uma estratégia global do poder dominante, que procura despedaçar a sociedade e impossibilitar de um modo absoluto a construção de um conceito de maioria, preparando o terreno para o exercício de uma democracia limitada ou restrita*”<sup>10</sup>. E mais adiante reforça o argumento:

Os Estados neoliberais, embora, como dizíamos, devam reforçar os seus poderes autoritários, precisam manter uma fachada democrática e, para isso, têm de cumprir o ritual das suas instituições: manter eleições livres, o pluripartidarismo etc. Porém, como não se pode correr o risco de maiorias eleitorais pretenderem avançar por um caminho não fixado por eles – não podem repetir experiências como a de Allende no Chile –, é preciso assegurar que os representantes destas maiorias tenham cada vez menos faculdades. Hoje em dia, tanto as decisões econômicas como as que têm a ver com a segurança nacional e o controle dos meios de comunicação escapam às decisões dos parlamentos<sup>11</sup>.

Os movimentos populares mais combativos espalhados pela América Latina, nos

9 Sobre isto, lembramos as obrigações impostas pelo FMI aos países dependentes da América Latina para o pagamento da dívida e(x)terna.

10 Harnecker, *op. cit.*, p. 212.

11 *Idem*, *ibidem*, p. 214.

seus processos de luta contra as políticas de Estado atualmente impostas pelo capital financeiro transnacionalizado, se deparam, direta ou indiretamente, com o imperialismo e, por conseqüência, com a falta de soberania (interna e externa) e com as limitações da democracia burguesa.

Enfrentar o imperialismo norte-americano é uma tarefa difícil e pode estar repleta de armadilhas, pois um posicionamento político e ideológico nacionalista pode não significar, necessariamente, que seja antiimperialista: sabemos que há frações de classe burguesa baseadas localmente mas que estão associadas ao capital transnacional.<sup>12</sup> É preciso, portanto, discernir entre “burguesia interna” e “burguesia nacional”<sup>13</sup>.

Destacamos que, toda vez que discutimos o imperialismo, sobressai o problema das contradições de uma burguesia nacional com as frações do capital transnacional. A despeito da complexidade do tema, ressaltamos que tais frações numa simbiose com as *burguesias internas* locais detêm a hegemonia política, econômica e ideológica dos Estados nacionais da região. Resta às classes populares desvendar quais frações da burguesia local têm caráter nacional e que estariam em contradição com os interesses do capitalismo financeiro internacional.<sup>14</sup>

A título de exemplo, observaremos dois documentos políticos, elaborados de formas distintas e que guardam especificidades regionais, mas que buscam avançar neste debate: 1. *A opção brasileira*;<sup>15</sup> 2. *Reflexiones hacia la 2ª Asamblea Nacional Piqueteira: la esperanza es la lucha popular* (La Boca, 03 de setiembre de 2001)<sup>16</sup>.

12 É comum no debate acadêmico se fazer referência, por exemplo, aos mega-empresários Antônio Ermírio de Moraes, dono do *Grupo Votorantim*, ou a Abílio Diniz, proprietário do *Grupo Pão de Açúcar*, como símbolos do “empresário nacional”. Este último, inclusive, propaga em sua rede de supermercados: “orgulho de ser brasileiro”. A questão, portanto, colocar-se-ia para além das aparências: em que medida estes e outros grupos empresariais colidem com o capital financeiro internacional e se inserem como *burguesia nacional* e antiimperialista?

13 Em suma, entendemos por “*burguesia nacional*” a fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria” (Nicos Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, pp. 78, 79).

14 Por falta de espaço, não desenvolvemos nosso entendimento sobre a *burguesia interna*. Esclarecemos apenas que nos apoiamos, principalmente, nas contribuições teóricas de Nicos Poulantzas, op. cit.

15 Este livro procura expressar as idéias do fórum *Consulta Popular*, entre os quais participa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

16 Trata-se de um documento produzido por diversos movimentos sociais piqueteiros, na Argentina. Ele foi obtido, via Internet, no sítio: [www.indymedia.com.ar](http://www.indymedia.com.ar).

O enfoque teórico de um e de outro documento sobre o Estado – brasileiro e argentino, respectivamente – é diferente. Se no primeiro ele aparece ora como classista (burguês) e ora como supraclasses sociais, no segundo, os piqueteiros avaliam o caráter de classe do Estado argentino, sem dubiedades. Mas, para o que nos interessa, observamos pontos em comum: o problema do imperialismo norte-americano na América Latina. A *Consulta Popular*, por exemplo, apresenta a crise atual brasileira como sendo “uma das várias que se espalham pelo mundo como decorrência, justamente, da abertura de uma nova fase de hegemonia internacional dos Estados Unidos, não obstante estes se apresentarem como construtores de uma ordem equilibrada e benéfica para todos”<sup>17</sup>.

Por sua vez, a *II Assembleia dos Piqueteiros* coloca questões extremamente candentes sobre a subserviência do governo nacional argentino aos Estados Unidos, ao afirmar que ele

Se asocia (como lo demuestran los ejercicios militares Cabañas y Fluvial) con las fuerzas de ocupación norteamericanas, las mismas que diseñaron el Plan Colombia, que financian y capacitan a los escuadrones paramilitares y parapoliciales en la misma Colombia, en Centroamérica y en Brasil, las que se organizan en lo que se llama el Southcom, el comando sur para garantizar en América Latina la defensa sin concesiones de los exclusivos intereses de sus empresas y sus capitales<sup>18</sup>.

Avançar na detecção do caráter de classe dos Estados latino-americanos tentando compreender como os interesses da burguesia e das suas frações de classe aparecem neles é um passo importante na luta por transformação social, pois facilita o entendimento político dos possíveis aliados locais para enfrentar as mazelas do imperialismo e de seus tentáculos.

17 César Benjamin *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998, p. 131.

18 *Op. cit.*